



Secretaria Regional de Caxias realiza reunião com servidores

A Secretaria Regional de Caxias realizou na manhã de ontem, segunda-feira, 14, uma reunião com os filiados da região, a qual, teve como pauta, informes e assuntos jurídicos.

A reunião foi aberta pela diretora da Regional, Luzia de Maria Ferreira da Silva, que agradeceu a presença de todos os filiados ao encontro.

Em seguida, o diretor licenciado, Natanael dos Reis, comentou a importância da atividade para o esclarecimento das dúvidas processuais.

Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA, falou sobre as atividades da entidade, repassando informes e comentando a conjuntura nacional e estadual.

Durante a reunião, o Presidente esclareceu questões administrativas e aproveitou para con-

vocar os servidores a ficarem mais próximos do sindicato, para que assim, a entidade fique cada vez mais forte e coesa.

O assessor jurídico, Felipe Rocha, fez uma explanação sobre ações movidas pelo Sindsep/MA, estreitando as explicações para os processos específicos dos associados da Regional de Caxias.

À tarde, Felipe Rocha deu plantão na Regional, e atendeu os servidores que compareceram para obterem informações sobre os seus processos.

Para Raimundo Pereira, a atividade foi produtiva e o debate proposto alcançou o objetivo de esclarecer todas as dúvidas sobre as ações jurídicas.

Segundo ele, essa atividade será levada para todas as regionais com as datas sendo divulgadas no Diário do Sindsep/MA.

Senador apresenta Estatuto do Trabalho como contraponto à 'reforma' trabalhista

O senador Paulo Paim (PT-RS) vai apresentar na próxima quinta-feira (10) o chamado Estatuto do Trabalho, uma proposta de código que, segundo ele, visa a conciliar interesses de trabalhadores e empregadores. O relatório será divulgado em uma subcomissão temporária, criada com esse fim, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da Casa.

Relator da proposta, Paim adiantou que o Estatuto do Trabalho terá mais de 900 artigos e que está aberto para receber sugestões. "Nós vamos ouvir a todos. Porque assim é que é a democracia, saber ouvir o contraditório. E respeitar inclusive os que pensam diferente. E o relatório final que vai na linha da justiça e negando aquele absurdo que infelizmente virou lei", disse o senador, referindo-se à Lei 13.467, de "reforma" trabalhista, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional e em vigor desde 11 de novembro. O parlamentar é favorável à revogação da lei, argumentando que o texto só beneficiou uma das partes – os empresários.

Segundo Paim, a proposta deverá ser discutida no dia 28, em sessão temática no plenário do Senado. O anúncio foi feito nesta terça-feira (8), durante audiência pública que discutiu as mudanças causadas pela nova lei. O debate na subcomissão começou em agosto. Desde então, foram realizadas 20 audiências públicas.

Para aprová-la mais rapidamente, o governo acenou com uma medida provisória que "corrigiria" eventuais problemas. A MP veio, com o número 808, mas nem chegou a ser discutida e caducou.

Fonte: www.cut.org.br



Servidor pode ter data garantida para reajuste anual de salário

Sugestão popular, aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos, prevê uma data-base para o reajuste do funcionalismo. A proposta, encaminhada pelo Portal e-Cidadania, agora passará a tramitar no Senado como projeto de lei.

Aprovada ontem em comissão do Senado, ideia sugerida pela internet passa agora a tramitar como projeto de lei. Objetivo é garantir data para reajuste do funcionalismo

Servidores públicos de todas as esferas podem ter a garantia do reajuste anual do salário. É o que prevê a Sugestão Legislativa 1/2018, aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem e que agora passa a tramitar no Senado como projeto de lei. A sugestão, proposta via Portal e-Cidadania por Jasiva Correa, do Rio Grande do Sul, obriga o cumprimento da

garantia de data-base aos servidores públicos, prevista no artigo 37 da Constituição. Data-base é a data anual em que servidores por lei recebem o reajuste referente ao ano anterior. Jasiva alega que a data-base é “cumprida pelo setor privado e a inexistência de regulamentação para os servidores públicos corrói salários, congela benefícios e precariza serviços prestados”.

O relator na CDH, senador Hélio José (Pros-DF), é favorável à sugestão quanto ao mérito, mas argumenta que a data-base dos servidores já é regulamentada pela Lei 10.331, de 2001, que inclusive já foi cumprida em 2003 e 2004. Já o reajuste de 2005 foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso, mas nunca chegou a ser aprovado. E, a partir de 2006, o governo federal nem sequer encaminhou proposta de reajuste. Para Hélio José, o que tem ocorrido é a omissão da Presidência da República em enca-

minhar projeto que especifique o índice de reajuste a cada ano. Como a iniciativa de propor o reajuste é privativa do governo federal, o senador propõe um projeto para tipificar o crime de responsabilidade do presidente da República, de governadores e de prefeitos pela omissão no encaminhamento das propostas de reajuste.

— A proposta é de cunho fundamental para os servidores, pois ela garante um direito que várias categorias têm, que é o direito da data-base, à correção salarial e o direito de recuperar as perdas inflacionárias — disse o relator. Sugestões de lei são recebidas no Portal e-Cidadania do Senado. São iniciativas da sociedade e precisam ter apoio de no mínimo 20 mil assinaturas em quatro meses para serem encaminhadas para a CDH, onde são votadas pelos senadores e podem virar projeto de lei.

Fonte: Jornal do Senado